

A INSERÇÃO DA ACUPUNTURA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Raul Konrad Gonzaga¹, Pollyana Majewski de Oliveira¹, Sandro Alves Ribeiro¹,
Victória Corrêa Cruz¹, Sofia Adelia Bernardo da Silva¹

1- Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá MT, Brasil

Introdução: A Acupuntura é um recurso terapêutico originário da Medicina Tradicional Chinesa (MTC). Compreende um conjunto de procedimentos que visa estimular áreas específicas do corpo, por meio de inserção de agulhas filiformes metálicas ou, em alguns casos, por meio de calor, estímulo elétrico, radiação de laser de baixa frequência ou infiltração de fármacos. Tais estímulos provocam a liberação de mediadores químicos endógenos, os quais proporcionam sensações como bem-estar e relaxamento com ações analgésicas e anti-inflamatórias, com influência, também, no sistema imunitário. A Acupuntura, com benefícios reconhecidos e prática estimulada pela Organização Mundial da Saúde, torna-se uma importante ferramenta de promoção, manutenção e recuperação da saúde nos serviços públicos de saúde.

Objetivos: Compreender como a prática da Acupuntura está inserida no Sistema Único de Saúde (SUS). Métodos: Para a revisão bibliográfica, foi realizada a busca de publicações a partir do ano de 2010 nas bases de dados Pubmed, Scielo, Google Scholar e do Ministério da Saúde. Foram utilizados os seguintes descritores: “Acupuntura”, “Atenção Primária” e “SUS”, sendo selecionados artigos que abordaram a temática do estudo. Discussão: A prática da Acupuntura tem crescido nos serviços públicos brasileiro de saúde desde a aprovação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) em 2006. Por meio de suas diretrizes, a PNPIC incentiva a inserção da Acupuntura no SUS em todos os níveis de atenção, com ênfase na atenção básica. Incentiva, ainda, a qualificação dos profissionais com educação permanente e o investimento em capacitação específica; a divulgação de informações relativas à Acupuntura para os profissionais, usuários e gestores de saúde; garantia de acesso aos insumos estratégicos para Acupuntura; desenvolvimento de ações de acompanhamento; integração das ações da Acupuntura com políticas de saúde afins; incentivo à pesquisa e garantia de financiamento para as ações da Acupuntura. Embora a aplicação da Acupuntura esteja crescendo, a sua institucionalização na Atenção Primária cresceu em menor proporção. De acordo com

o PNPIIC, a Acupuntura está presente em apenas 107 municípios em 19 estados. A Acupuntura ainda é pouco conhecida por muitos profissionais de saúde, que a utilizam apenas quando outras intervenções não apresentam resultados. Isso resulta em um maior encaminhamento para a atenção secundária. Nos serviços de saúde, o principal motivo para utilização da Acupuntura são os quadros de dor. Nessas situações, estudos indicam que a acupuntura contribui para a redução do uso de medicamentos, principalmente analgésicos e anti-inflamatórios e, conseqüentemente, para a diminuição das iatrogenias medicamentosas. Conclusão: O modelo de atenção proposto pela PNPIIC em relação à Acupuntura ainda necessita de uma efetiva implementação, uma vez que carece de aumento no atendimento e capacitação dos profissionais, para garantir, assim, o princípio da universalidade. Nesse contexto, destaca-se ainda que essa prática não é exclusiva da categoria médica, portanto, há possibilidades de uma melhor resposta às complexidades na atenção à saúde no contexto dos profissionais. Ademais, a Acupuntura mostrou-se ser um tratamento alternativo ou coadjuvante, que proporciona uma redução dos efeitos adversos, de curto e longo prazos, e dos riscos de dependência, causados pelos tratamentos medicamentosos, principalmente em doenças crônicas.

Palavras-chave: Acupuntura; Atenção Primária; Práticas Integrativas e Complementares.

Referências

1. Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso. Brasília: MS; 2018.
2. Contatore OA et al. Uso, cuidado e política das práticas integrativas e complementares na Atenção Primária à Saúde. Ciênc. Saúde Colet. 2015;20(10):3263-3273.
3. Silva GKF et al. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares: trajetória e desafio em 30 anos do SUS. Physis: Revista de Saúde Coletiva. 2020;30(1):1-25.
4. Silva EDC, Tesser CD. Experiência de pacientes com acupuntura no Sistema Único de Saúde em diferentes ambientes de cuidado e (des)medicalização social. Cad. Saúde Pública. 2013;29(11):2186-2196.

5. Dallegrave D, Boff C, Kreutz JA. Acupuntura e Atenção Primária à Saúde: análise sobre necessidades de usuários e articulação da rede. Rev. Bras. Med. Fam. Comunidade. 2011;6(21):249-256.